

CAMINHOS DA PANDEMIA EM MINAS GERAIS: DESAFIOS POLÍTICOS

Passaram três meses desde a confirmação do primeiro contágio por coronavírus em Minas Gerais. A primeira morte seria anunciada dias depois, no final de março. Não há sinais de que o fim da pandemia esteja no horizonte. Aqui no Estado, o chamado “pico da pandemia” vem sendo repetidamente adiado. Fala-se atualmente que o pior da crise será em meados de julho – postergou-se um mês em relação ao que antes fora projetado.

A insuficiência do número de testes realizados sugere que a reabertura econômica pode estar sendo realizada quase às cegas e seja, talvez, excessivamente precoce. Dentro e fora do Brasil, especialistas têm apontado que tal estratégia pode piorar muito o quadro brasileiro. No final de maio, o país já se transformou num dos epicentros da pandemia em todo o mundo.

No estágio em que se encontra atualmente a disseminação da doença, já é possível avaliar a eficácia das medidas tomadas, bem como pontuar alguns de seus prováveis resultados sociais e econômicos tanto na Capital como, mais amplamente, no estado. É precisamente esse o propósito desta edição de **Contextus**.

Na data do fechamento desta edição (29 de maio), o Brasil já figura em primeiro lugar no número de mortes por milhão de habitantes, muito acima da média mundial e também muito distantes de países vizinhos como a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Discutem-se, ao longo deste texto, as implicações políticas e sociais das medidas que vem sendo tomadas no âmbito estadual, assim como as razões pelas quais persiste a ausência de alguns encaminhamentos flagrantemente necessários.

Parte-se da constatação de que a política de saúde, no âmbito nacional, se encontra à deriva, com o Ministério da Saúde convertido em campo de batalha ideológica ou objeto de caprichos pessoais e partidários de governantes.

Analisa-se também a atuação do governo mineiro e o mito que começou a emergir nos últimos meses de que Minas Gerais teria a crise de saúde pública sob controle. São considerados ainda os conflitos que emergiram entre os municípios da Grande Belo Horizonte como sinais da politização da pandemia.

DIVERSIONISMO POLÍTICO NO GOVERNO FEDERAL DEIXA ESTADOS MAIS VULNERÁVEIS

Uma das principais questões em debate no Brasil ao longo destes meses de pandemia refere-se ao papel que se atribui ao Estado em suas relações com a sociedade. Por outro lado, tem se levantado um dilema entre a manutenção dos objetivos econômicos e a defesa da vida, como se esses polos não fossem intrinsecamente interdependentes e um pudesse ser preservado em detrimento do outro.

Decisões que resultam em vida ou morte de pessoas têm sido atravessadas pela maneira como os atores políticos compreendem as relações econômicas e pelo modo como veem as atribuições do Estado e dos poderes públicos para proporcionarem defesa à população, em especial àqueles mais pobres. Parece estar se demonstrando que não existem medidas tão puramente técnicas que não sejam baseadas em preconceções políticas e ideológicas.

Em Minas Gerais tem havido evidente repercussão dos conflitos persistentemente cultivados pelo Governo Bolsonaro no plano nacional. Há hoje uma aberta beligerância do Poder Executivo federal contra a expressiva maioria dos governadores estaduais. A reunião ministerial do dia 22 de abril, cujas imagens foram tornadas públicas por determinação do Supremo Tribunal Federal, mostra que o conflito escalou níveis inéditos, tendo sido sugerida, naquela ocasião, até mesmo a prisão de governadores que se recusem a seguir determinações do presidente da República.

O Governo Bolsonaro tem combatido as medidas de distanciamento social, apesar de elas virem se mostrando, em todo o mundo – pelo menos até o momento–, a tática mais eficaz na contenção da pandemia. O presidente (eleito pelo PSL e, atualmente, sem partido) tem defendido a retomada das atividades econômicas, sustentando que, em sendo a morte de muitas pessoas uma tragédia “inevitável”, dever-se-ia preservar a economia para evitar que mais pessoas se arrisquem a enfrentar penúria, fome e privações de toda sorte ocasionadas pelo inexorável desemprego.

Quanto a esse aspecto, tampouco parece haver coerência entre o que diz o presidente e o que institucionalmente tem preconizado o Ministério da Saúde. Desde o início da pandemia, já houve três ministros à frente dessa pasta, sendo o terceiro deles um general do Exército. Este último já deu sinais de que pode vir a se submeter aos desejos do presidente no que diz respeito ao combate ao distanciamento social. Pelo menos assim foi interpretado o fato de que o referido ministro compareceu a uma manifestação em favor do governo, não obstante orientações emitidas por seu próprio ministério de se evitarem aglomerações de pessoas.

Em consequência dessa atitude, o governo brasileiro tem sido acusado de minimizar a relevância e o impacto da pandemia. Vêm se multiplicando notícias sobre medidas que estariam sendo adotada por

agentes públicos as quais teriam como efeito a omissão de informações. Matérias publicadas na imprensa têm levantado acusações diretas de que estaria havendo ocultamento ou até sonegação de dados sobre contágios e mortos.

Por outro lado, difundem-se notícias fraudulentas que suspeitam de que as estatísticas estejam sendo infladas. Multiplicam-se teorias conspiratórias que atribuem o surgimento da pandemia ao governo chinês; a pesquisas científicas malsucedidas; ou ainda a laboratórios que teriam criado o vírus intencionalmente. Contrariando o discurso das mais renomadas instituições de pesquisa e organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde, tem sido difundida a crença em certos remédios que, supostamente, poderiam representar a cura para a doença. O próprio presidente da República tem sustentado abertamente uma ou outra dessas conjecturas, à revelia do fato de que inexistem dados que sustentem seu ponto de vista.

Disseminando essa forma de pensamento, o governo federal tem minimizado as mortes. Desenvolve-se um raciocínio negacionista, pondo sob suspeição dados estatísticos e cobertura jornalista. Acusa a mídia, assim como os governos estaduais e municipais, considerados como “adversários” do governo federal, de estarem inflando os números para fazer a opinião pública acreditar que a pandemia pudesse ser pior do que é de fato.

Desde março ganhou corpo uma dessas teorias conspiratórias segundo a qual um golpe de estado, conduzido pela “esquerda”, estaria em curso e teria o propósito de usar a pandemia para derrubar o governo. Consoante a tal perspectiva, medidas adotadas pelos demais poderes da República em cumprimento a prerrogativas que lhes são garantidas e determinadas pela Constituição Federal vêm sendo interpretadas, na visão governista, como ações golpistas.

Enquanto se desvia a atenção para essas questões que mantêm o tensionamento político, faz-se um discurso em que o combate à pandemia por meio do distanciamento social é apresentado como causa das perdas econômicas.

Economistas de renome internacional têm chamado a atenção para a falsidade dessa polarização entre atividade produtiva e preservação de vidas humanas. A causa da recessão não é – dizem tais analistas – o distanciamento social, mas a pandemia em si. Alegam que, em situações semelhantes provocadas por surtos infecciosos no passado, países que recusaram práticas de isolamento levaram mais tempo para superar a crise.

Mesmo no caso atual da covid-19 já há exemplos a serem estudados com atenção. Com frequência é citado o exemplo da Suécia que se recusou a parar e, já na terceira semana de maio, registrou o número de mortos *per capita* mais alto em todo o mundo, superando Estados Unidos e Espanha – uma marca pior do que seus vizinhos que adotaram isolamento. O banco central da Suécia prevê um recuo no produto interno bruto do país entre 7% e 10%, semelhante ao que se espera alcançar nos demais

países da Europa. Em outros termos, parece que a perda econômica poderá vir mesmo sem suspensão das atividades econômicas e – mais grave – acompanhada de um número mais elevado de mortes do que o verificado nos outros países que adotaram medidas de contenção.

São rumos possíveis, mas apenas o tempo trará a confirmação de qual caminho foi o mais eficaz no enfrentamento da doença. Os dados disponíveis no momento permitem supor que a contraposição entre salvar vidas e salvar atividade econômica pode ser insustentável, visto que a maior perda de vidas decorrente da estratégia de deixar a pandemia seguir seu fluxo natural não garante a prevenção da tragédia econômica.

Por essa razão, a sugestão de que seria possível gerenciar o contágio de modo que a maior parte da população (entre 60% e 70%) passasse a oferecer uma barreira para a difusão do vírus tem sido muito criticada. Diz-se que haveria um alto custo em vidas humanas até que se alcançasse tal patamar. Estima-se que, apenas em Minas Gerais, haveria cerca de 150 mil pessoas mortas até que se atingisse a tal “imunidade do rebanho”.

ESTADO EM CRISE ECONÔMICA EM MEIO À PANDEMIA

Na contramão em relação às orientações recebidas da Organização Mundial da Saúde e dos exemplos implementados em outras Unidades da Federação, o governador tem defendido aqui em Minas Gerais, desde o mês de março, a defesa do retorno gradual e seletivo das atividades econômicas em determinadas regiões do estado. Segundo ele, estudos viriam a delimitar quais seriam os setores e regiões menos susceptíveis e que poderiam ser abertos.

Trata-se de uma atitude similar – ainda que guarde certa diferença de tom e de intensidade – àquela desempenhada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A vinculação ideológica entre ambos (governador e presidente) é notória e publicamente assumida pelo governador.

Não se trata, porém, apenas de uma questão ideológica, mas sim pragmática. Hoje, Minas Gerais não tem possibilidade de autossustentação. A situação econômica do estado já era crítica antes da pandemia. Esse tema foi amplamente tratado na edição de **Contextus** publicada no mês de março.

Arrastados para a crise econômica pela pandemia, a maioria dos governadores se posicionou em um documento que exigia do Governo Federal um comporta-

Leia no *site* do Nesp:

Crise econômica, desmonte do Estado e impasse político em Minas Gerais

Contextus, n.37, mar. 2020.

<https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2020/03/Contextus-037-mar2020.pdf>

mento republicano e pautado pela Constituição e por outros instrumentos legais. Apenas Zema e um outro governador do mesmo campo político do presidente da República se recusaram a assinar o documento.

A escolha do governador mineiro foi a manutenção de boas relações com o presidente da República. Enquanto isso, Bolsonaro tem sido considerado por organismos de imprensa mais renomados no mundo ocidental como objeto de escárnio por sua atitude negacionista e ameaçadora para a população brasileira. Para o americano *Washington Post*, “Bolsonaro é o pior líder mundial a lidar com o coronavírus”. Para o britânico *The Economist*, o isolamento de Bolsonaro é equiparado a “insanidade”.

O alinhamento de Zema com Bolsonaro tem sido frequentemente considerado um risco a mais para o estado. Até meados de abril, 90,2% das cidades mineiras já tinham casos de contaminação pelo coronavírus, já confirmados ou aguardando confirmação. Boa parte dos municípios do interior não tem recursos próprios para prover testes clínicos e tratamento para os doentes. Contrariando, todas as recomendações e protocolos internacionais, os habitantes desses municípios menores terão de viajar para conseguir tratamento em cidades maiores. Com o estado à beira da falência e sem políticas claras de contenção, o cenário pode se agravar. Por essa razão, já em março, o Estado de Minas Gerais causava especial preocupação para o Ministério da Saúde.

Zema chegou ao Governo do Estado com uma plataforma única: reduzir custos. A consecução de tal meta passaria pelo desmonte de políticas públicas, pela retração de direitos sociais, precarização da relação com os servidores públicos e venda de empresas estatais. Por isso, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal proposto pelo Tesouro Nacional era sua única estratégia.

Tal projeto começou a naufragar no início deste ano, motivado, por um lado, por crises internacionais de desvalorização de *commodities* (fundamentais para a economia mineira) e pela atuação do governo ao conduzir a negociação com as forças de segurança que acabaram granjeando um reajuste salarial de 41,7% (que, depois da pressão social nacional, foi reduzido a uma parcela única de 13% a ser paga ainda em 2020).

Quando a pandemia chegou o governo já estava combalido e sem possibilidade de sustentar seu discurso inicial de austeridade fiscal. Neste momento, sequer é possível vender as empresas públicas sem amargar um prejuízo incalculável. Em contrapartida, as demandas para driblar a pandemia não param de crescer e, com elas, aumentam também os custos. A previsão para 2020 é de que o déficit nas contas estaduais pode subir de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 20,8 bilhões.

Nesse contexto, o governo Zema parece propenso a submeter-se incondicionalmente ao Governo Federal. Insinua-se certa contradição nessa atitude, pois o governador tem voltado de Brasília sem resultados positivos a cada vez que pede auxílio. No episódio do reajuste salarial das forças de segurança,

Zema buscou apoio no Ministério da Economia. Este, porém, comportou-se como um adversário, somando-se aos inúmeros outros gerados por aquela negociação malsucedida.

Novamente, em abril, o governo mineiro pediu ajuda. Esperava repassar ao Governo Federal os créditos do nióbio pela Codemig, recebendo uma espécie de antecipação do valor correspondente. Seria uma saída para conseguir pagar o décimo-terceiro salário que está em atraso desde dezembro. Pelo menos por enquanto, porém, o estado de Minas continua com as mãos vazias.

Na reposição das perdas arrecadatórias, coube a Minas Gerais um valor de R\$ 3 bilhões, recebidos em quatro parcelas. No entanto, o valor é menor do que as perdas motivadas pela retração econômica. Não chega nem mesmo para cobrir despesas com folha de pagamento.

O PLANO DE REABERTURA ECONÔMICA EM MINAS

Na última semana de abril, o governo de Minas Gerais anunciou a criação do programa Minas Consciente, com protocolos sanitários para o enfrentamento da pandemia de covid-19 em todo o estado. Tratava-se de procedimentos a serem adotados pelos municípios no processo de reabertura gradual dos setores de comércio e serviços.

As atividades econômicas foram classificadas em quatro categorias, distinguindo atividades essenciais, atividades de baixo, médio e alto risco, e atividades que, por provocarem aglomerações, requerem tratamento mais específico ainda a ser definido.

A proposta é que cada município pudesse, paulatinamente, implementar a retomada econômica, levando em conta a propagação da doença, a capacidade de assistência e de resposta à demanda em cada região. Também se delinearão condutas a serem adotadas por empresários e cuidados a serem tomados pelos próprios cidadãos.

Calcula-se que, se os protocolos do governo estadual fossem obedecidos, mais 1,2 milhão de mineiros voltariam às ruas, somando-se aos outros 6,9 milhões de pessoas que atuam em atividades consideradas como essenciais e/ou que, por questão de risco imediato para sua sobrevivência, não puderam aderir ao isolamento social.

Já no momento em que a proposta foi lançada, houve parlamentares que criticaram o governo pela inexistência, na proposta, de um projeto que aportasse recursos para aquisição de equipamentos de proteção individual para os profissionais da saúde; leitos e respiradores para pacientes; ou que aumentasse o número de testes para acompanhar a difusão do vírus. Tratar-se-ia, principalmente, de um plano limitado à retomada das atividades econômicas e não propriamente de um plano de combate à pandemia.

Outros críticos constatam que o governo mineiro delegou para os prefeitos a decisão da aderência à proposta de reabertura. O governador se refere a essa transferência de responsabilidade como um caráter democrático de suas medidas. Na prática, porém, são os prefeitos que passam a sofrer as pressões vindas, entre outros, de vários setores empresariais e de certos segmentos religiosos, que exigem a reabertura imediata de igrejas, indústria, comércio e serviços que estão parados ou atuando com limites.

Na prática, porém, não se pode dizer que a proposta tenha se efetivado como desejava o governo do estado. Decorrido um mês desde o lançamento público dos protocolos sanitários do programa Minas Consciente, apenas 8,5% dos municípios haviam aderido à proposta do governo mineiro para reabertura das atividades econômicas.

Alguns municípios já haviam se antecipado ao estado, começando a enfrentar o problema em seus territórios (como é o caso de Belo Horizonte que havia decretado fechamento do comércio ainda em março). Em sentido inverso, consta que 150 cidades do interior já estavam flexibilizando o distanciamento social, antes que chegasse qualquer diretriz do estado a esse propósito. Na mídia mineira, chegou-se a dizer que nem mesmo os municípios que já haviam antecipado a reabertura aderiram ao programa do governo.

Esse fato, por si só, levou analistas políticos a constatarem a falta de integração entre governos municipais e o governo estadual. Alguns consideram que essa descoordenação atualiza, no plano local, o desencontro que se vê entre o governo central e a maioria das Unidades da Federação. Infere-se que há, hoje, uma fragmentação no enfrentamento da pandemia, motivada, sobretudo, pela inexistência de uma política pública única, que poderia ter sido capitaneada pelo Ministério da Saúde.

Numa outra leitura que vem sendo feita, a baixa adesão à proposta do governo mineiro de reabertura é interpretada como indicativo de um vazio de liderança do governador junto aos prefeitos. A suposta abordagem gerencial que o governo ostenta publicamente teria, como ponto de fraqueza, a falta de articulação dos municípios e regiões do estado. A frieza do enfrentamento que se diz puramente técnico para a questão não estaria sendo capaz de atrair a empatia dos gestores municipais para as propostas do governo de estado.

O resultado dessa falta de liderança tem sido a fragmentação dos municípios em que seria crucial ter um plano de ação conjunta que, ressalvadas as contingências e necessidades locais, abrangesse o estado e, mais amplamente, todo o país.

O governo mineiro afirma que, para elaborar os protocolos de reabertura econômica, partiu de um contínuo acompanhamento da evolução no número de pacientes diagnosticados com a síndrome respiratória aguda grave, além de considerar a ocupação das vagas para internação nos hospitais existentes no estado. No entanto, imediatamente após o anúncio da proposta, o Comitê Permanente de

Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus (UFMG) apresentou um documento na Assembleia Legislativa (ALMG) no qual avaliava que esses indicadores considerados pelo governo mineiro são insuficientes para guiar um processo de flexibilização do isolamento social.

Dado o período de incubação da doença por até catorze dias, teme-se que uma demanda de leitos hospitalares e, em particular, nas unidades de terapia intensiva (UTI) possa surgir repentinamente, não deixando ao poder público tempo hábil para reação. Com o relaxamento do distanciamento social, esse risco fica ainda mais acentuado, potencializando-se em até dez vezes a taxa de contágio.

MINAS GERAIS E O ESCÂNDALO DA ESCASSEZ DE NOTIFICAÇÕES

Em meados do mês de maio, o governador Romeu Zema concedeu uma entrevista ao canal de notícias **Globonews**, ao lado de governadores de outros estados. Nessa oportunidade, ele destacou que, aqui, a doença estaria sob controle e que o suposto diferencial mineiro residiria no fato de que o governo teria agido mais rapidamente do que em outras Unidades da Federação. Também ressaltou que o estado de Minas Gerais está preparado para o pior cenário. Enalteceu o programa Minas Consciente, dizendo que se trata de uma estratégia de retomada econômica “gradual e responsável”.

O governador menciona também a contribuição dos mineiros que teriam colaborado ficando em casa. No entanto, o *site* **coronavirus-mg.com.br** descreve tal narrativa como o “mito do isolamento exemplar em Minas Gerais”, pois tal informação citada pelo governador “não encontra respaldo em nenhum dos principais indicadores nacionais e internacionais de mobilidade urbana”. De acordo com o referido *site*,

Dados de geolocalização do Google mostram, por exemplo, que os mineiros estão entre os que menos abriram mão dos passeios em praças e parques. Já o monitoramento por GPS do aplicativo *Waze* indica que 53% dos veículos continuaram circulando no estado, numa intensidade sempre acima da média nacional (43%), com destaque para uma diferença considerável nos dias de semana. (**Coronavirus-mg.com.br**, 27 maio 2020).

Além disso, o discurso do governo contrasta com o fato de que a testagem dos cidadãos é extremamente baixa em Minas Gerais. Estudos técnicos apontam que, em razão disso, não é possível dizer que seja seguro voltar à normalidade. O Brasil já é considerado um dos países com o menor índice de realização de testes. Teriam sido feitos até o dia 27 de maio, no máximo, 85 testes a cada cem mil habitantes, como aponta uma reportagem do **Estadão**.

Sendo o segundo estado em número de habitantes, Minas Gerais está entre os piores estados brasileiros, ocupando o penúltimo lugar no *ranking* de realização de testes. Conforme levantamento realizado pelo portal **G1**, eram 78 testes a cada cem mil mineiros até o dia 14 de maio.

Pairavam já muitas suspeitas quanto à imagem de situação controlada que o governo mineiro ostentava. Contudo, a própria Secretaria de Estado da Saúde publicou dados em seu *site* que indicavam que seis (das catorze) macrorregiões de saúde já estão sobrecarregadas. Os dados foram apagados do *site* quando questionamentos começaram a surgir. De acordo com o estado, atrasos no lançamento e outras razões procedimentais semelhantes explicariam a suposta distorção.

Desde meados de maio, reportagens de jornal têm apontado “grande subnotificação em Minas Gerais”, sugerindo que “a gravidade da doença no estado” possa estar sendo mascarada. Suspeita-se de que o número de vítimas do coronavírus possa ser até “oitocentos por cento maior que o divulgado”. De acordo com o levantamento feito pelo jornal **Estado de Minas**, a partir de dados do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais,

o quadro mais grave de internação por doenças pulmonares como a infecção pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) já afetou expressivamente mais mineiros que em 2019, com 8.099 doentes neste ano contra 1.024 do mesmo período do ano passado, uma alta de 691%. As mortes saltaram de 116 para 1.088, um aumento de 838% durante a pandemia. (**Estado de Minas**, 25 maio 2020).

Sob essa categoria de síndrome respiratória aguda grave, encontram-se óbitos por covid-19, mas também por asma, bronquite e pneumonia. Inexistindo outras variáveis que possam justificar tamanho crescimento no número de vítimas, suspeita-se de que muitos casos de infecção por coronavírus estejam registrados dessa forma genérica, fazendo diminuir os casos oficialmente reconhecidos como covid-19.

Um estudo publicado na Universidade Federal de Uberlândia compara dados cartoriais realizados desde 2017 e, com dados muito semelhantes, ratifica a sensação de discrepância entre os dados publicados pelo governo e os óbitos registrados em cartório. A pesquisa também indica que a onda de mortes por covid-19 pode ter começado em Minas Gerais dias antes do registro da primeira morte oficialmente anunciada no final do mês de março.

O governo mineiro reconhece a subnotificação e trata o fenômeno como algo natural, alegando que existem muitos pacientes assintomáticos e estimou que, para cada caso registrado, podem existir outros dez que não são conhecidos.

No entanto, o mês de maio se encerrou com a notícia de que Minas Gerais testou quarenta vezes menos pessoas do que a média nacional. Partindo de dados do Ministério da Saúde, o jornal **O Tempo** informa que, enquanto a 0,04% da população brasileira foi submetida a testes, no estado Minas esse número chega a apenas 0,001% dos mineiros.

MUNICÍPIOS DA GRANDE BELO HORIZONTE SE DESENTENDEM NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Menos de um mês depois de a ameaça do coronavírus ter se tornado uma realidade presente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, assistiu-se a uma série de choques e desencontros entre os municípios da região, exacerbando-se conflitos que, por vezes, escondiam diferenças ideológicas e até mesmo disputas por poder ou vantagens eleitorais.

Já na primeira metade de abril, cidades vizinhas a Belo Horizonte começaram a relaxar as medidas de segurança inicialmente adotadas contra um aumento escalonado do contágio. As cidades de Vespasiano, Matozinhos e Lagoa Santa reabriram o comércio, em confronto com a capital e outros municípios da região continuavam adotando medidas sanitárias mais duras.

Os três municípios citados, que naquele período relaxaram as medidas de contenção à crise, estão a poucos quilômetros de Belo Horizonte. Possuem poucos respiradores e não têm hospitais dotados com centros de terapia intensiva. Os moradores dessas cidades que eventualmente viessem a necessitar de tais equipamentos teriam de ser atendidas pelos hospitais da Capital. Se no cotidiano os recursos médicos da Região já são escassos, em uma situação de pandemia o limite tende a se tornar ainda mais crítico.

O prefeito da Capital, Alexandre Kalil (PSD) chegou a impedir por decreto a entrada de ônibus provenientes de cidades que flexibilizaram o isolamento social sob o argumento de que, vindo para a capital, as pessoas das vizinhanças aumentariam aqui o contágio. Posteriormente, esse decreto foi suspenso pela Justiça, que considerou a medida ineficaz e injusta, na medida em que apenas as pessoas mais pobres que usam transporte coletivo é que teriam sua liberdade cerceada.

Se, por um lado, os problemas decorrentes de tal medida eram evidentes, impôs-se, por meio desse ato, a constatação de que havia um problema real a ser enfrentado. Na região, Belo Horizonte concentra os recursos médicos. O aumento da doença nas cidades vizinhas que reabriram precocemente suas atividades poderia ter grave impacto na Capital.

Nos meses de março e abril, assistiu-se à disparidade de condutas adotadas pelos prefeitos em municípios que distam a apenas cinquenta quilômetros um do outro. Em parte das cidades, os moradores eram orientados a levar a vida praticamente dentro da normalidade ou com poucas restrições. Em outros locais, a população se encontrava majoritariamente confinada em residências ou – não sendo possível ficar em casa – praticando distanciamento dentro dos locais de trabalho.

Torna-se claro que tal distinção dificilmente seria sustentável em uma metrópole em que as fronteiras entre as cidades são pouco reconhecíveis. Parcela significativa da população mora em uma cidade e trabalha em outra. Não parece possível criar barreiras que desconheçam semelhante situação. Muitos

analistas destacaram a evidente necessidade do encontro de saídas coletivas para uma questão que nem indivíduos nem cidades poderiam resolver isoladamente.

Reconhecer a necessidade de um posicionamento e uma atuação em conjunto não significou, porém, que os problemas tenham desaparecido. Tensionamentos dessa natureza seguem acontecendo, ainda que agora o conflito tenha sido atenuado pelo processo de reabertura que se iniciou também na Capital.

Além disso, a Prefeitura de Belo Horizonte introduziu medidas mais positivas, como a criação de barreiras sanitárias, que têm atuado preventivamente, encaminhando centenas de casos suspeitos ao devido atendimento médico. Consta que mais de cem mil pessoas tinham sido preliminarmente avaliadas nas barreiras sanitárias já nos primeiros dez dias desse serviço.

De acordo com a Prefeitura, as decisões de relaxamento das medidas do distanciamento social estão pautadas por uma observação rigorosa do processo de difusão do vírus e pelo acompanhamento das capacidades técnicas e materiais de que a Região dispõe para enfrentar a evolução do processo de contágio.

Alexandre Kalil (PSD) reitera que suas decisões políticas são baseadas na estrita observância dos indicativos da ciência. Já em meados de março quando começou a ficar clara a necessidade de medidas urgentes de combate à epidemia, o município de Belo Horizonte criou um comitê composto por especialistas da área de infectologia. Segundo declarações dos próprios membros do grupo, a Prefeitura tem dado autonomia para o trabalho e tem seguido acuradamente as orientações científicas propostas por esse comitê.

Isso tem levado à emergência de movimentos de resistência às políticas conduzidas pela Prefeitura. Carreatas integradas por pessoas contrárias ao distanciamento social têm acontecido também em Belo Horizonte. Empresários e seus órgãos de representação também têm defendido uma reabertura mais rápida. Especialistas temem que o retorno às atividades possa estar sendo precipitado e que um retorno a graus mais restritivos de distanciamento social possa vir a ser adotado na Capital, caso a pandemia se agrave.

Na última semana de maio começou o processo de abertura na cidade, com expectativa de avançar uma etapa a cada semana em direção à restauração das atividades, desde que não houvesse agravamento da situação. Já no fechamento desta edição, foi tornada pública a decisão da Prefeitura de manter por mais tempo o processo na fase atual.

Reiterou-se que a situação em Belo Horizonte é estável, mas há pressões no interior, principalmente em regiões de fronteira ou junto à rota Rio-Bahia. No momento, a decisão é de reter o processo de abertura por mais uma semana. Recuos e avanços serão definidos, segundo o prefeito, por determinação do comitê de enfrentamento da pandemia.

O recuo foi recebido com frustração pelos setores produtivos e comerciais. Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) declarou à imprensa que seria mais barato criar os leitos de enfermaria e de UTI, do que permanecer com o comércio fechado, reafirmando a oposição entre preservação de vidas e reabertura econômica. A resistência à política encampada por Kalil promete ser intensa nos próximos dias.

POLÍTICAS DE SEGURANÇA EM TEMPO DE PANDEMIA

As duas últimas semanas de maio foram marcadas pelas iniciativas em vários estados e municípios em direção à retomada das atividades. Muitos analistas mostram preocupação com esse fato, pois o distanciamento social foi o único mecanismo que, até agora, deu sinais de alguma eficácia em países que foram atingidos pela pandemia antes do Brasil.

A maior preocupação dos especialistas com o caso brasileiro é que tem prevalecido a adoção de medidas que têm sido consideradas como meramente protocolares. Isso não quer dizer que não sejam necessárias, mas sim que são insuficientes. Organismos internacionais têm chamado a atenção para a necessidade de que se criem programas para subsidiar a população desempregada ou dependente de trabalhos informais. Nesse campo, contudo, o Brasil vem sendo considerado pouco pródigo na proposição de saídas criativas.

No caso de Minas Gerais, há o agravante de o estado ter sido apanhado pela pandemia em meio a uma das maiores crises econômicas de sua história. Combina-se a isso um posicionamento ideológico que entende que a recuperação econômica se sobrepõe ao cuidado das pessoas. Isso se concretiza no desmonte de políticas públicas, com implicações diretas sobre as pessoas que delas mais necessitam.

Esse foi o tema de uma matéria do *The Intercept Brasil*, ainda no mês de abril, relatando o desligamento sumário de 393 trabalhadores que atuavam no Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”. Trata-se de um programa que existe há 17 anos e é uma importante iniciativa de prevenção de homicídios de jovens e adolescentes em áreas periféricas e vulneráveis. Esse projeto alcançou reconhecimento internacional por seus resultados na redução de homicídios

Enquanto a atual tendência é de que governos e iniciativa privada procurem remunerar seus trabalhadores, mesmo quando eles devem ficar em casa para manter o distanciamento social, o governo do estado desativou o programa e, de acordo com a referida matéria, teria deixado desamparados os agentes e suas famílias.

Entre as primeiras medidas tomadas pelo governo mineiro, após o início da crise de saúde pública, chama a atenção o Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia Internacional. Foi solicitado

à Assembleia Legislativa um crédito especial ao orçamento no valor de R\$ 237,6 milhões. Enquanto R\$ 70,3 milhões eram destinados à Polícia Militar, as ações de assistência às vítimas e às pessoas em situação de vulnerabilidade social causada pela pandemia somavam R\$ 64 milhões.

Houve quem enxergasse nesses números razões para supor como prioritária a preocupação com a repressão à chamada “perturbação da ordem pública”. Parecia que a prevenção de potenciais saques e outros distúrbios gerados pela pandemia estava merecendo mais atenção do que o combate à pandemia em si. A manutenção parcial do polêmico reajuste concedido às forças de segurança no final de 2019 (ainda que reduzido a 13% de aumento) e a possibilidade de convocação de militares da reserva são outras medidas que despertaram vozes críticas, segundo as quais a tônica do governo não estaria dirigida à proteção da população, mas à repressão social.

O CARÁTER IDEOLÓGICO DA PANDEMIA: ISOLAMENTO VERTICAL OU HORIZONTAL?

Com poucas exceções, o enfrentamento à pandemia tem sido feito mundialmente por meio do distanciamento social. Mesmo em casos menos críticos do que o brasileiro, países têm avançado para o confinamento parcial e até para o fechamento completo de regiões (conhecido pela expressão, em inglês, *lockdown*). Entende-se que agir rapidamente é a chave para evitar tragédias maiores. Em todos os casos, tem sido feito um isolamento horizontal, isto é, toda a sociedade em questão deve permanecer distanciada.

Contudo, está crescendo uma reação a essas medidas. As razões apontadas por tais críticos são, antes de mais nada, ideológicas e nascem de objetivos econômicos precisamente definidos para seus defensores. A pandemia fez reemergir a necessidade do Estado regulador ou provedor de bem-estar social. Trata-se de uma ideia que vinha sendo ativamente combatida pela corrente econômica hoje hegemônica (e não apenas no Brasil), que preconizava o desmonte de políticas públicas e a redução da máquina pública ao mínimo indispensável.

Na contramão disso, em resposta à pandemia, a maioria dos países suspendeu atividades econômicas para resguardar o necessário distanciamento social. Pelo menos uma parte das contas de empresas e famílias – que, de uma hora para outra, foram privadas de suas receitas – vêm sendo assumidas ou, pelo menos, subsidiadas pelo Estado.

Existe, porém, uma outra forma de responder à situação. Esse caminho implica a manutenção das atividades econômicas, esperando que a população se contamine com o coronavírus. Teoricamente, isso levaria à formação de uma imunidade coletiva, reduzindo o quadro a uma doença endêmica e, dado o devido tempo, superando-a completamente.

Os países que tentaram esse caminho (Estados Unidos e Reino Unido) tiveram de recuar às pressas, semanas depois de haverem iniciado a tática. Ambos os países recuaram, porque, do contrário, teriam de aceitar a morte de centenas de milhares ou até mesmo de milhões de pessoas. Pelo menos, por enquanto, a exceção é a Suécia, caso já mencionado neste documento e cuja análise é cercada de polêmica.

No entanto, o grande número de mortos produziria – sob a perspectiva dos que defendem o referido ponto de vista – um natural ajuste econômico. A morte de idosos, predominantemente os mais pobres, produziria uma redução dos custos com previdência social. A escolha de salvar prioritariamente os mais jovens, em idade de produção econômica, traria ganhos no médio e no longo prazos. No final, haveria um replanejamento social produzido por uma espécie de “seleção natural” e estaria feita uma potente reforma fiscal. Diminuindo os mais pobres e carentes dos serviços do Estado, sobraria mais dinheiro público para subsidiar empresas e para remunerar os investidores do setor financeiro.

Supondo-se que o vírus afeta com maior intensidade as pessoas mais idosas, existe um discurso – concentrado na extrema direita e que se concretiza em parte do empresariado brasileiro – segundo o qual só valeria a pena paralisar a economia se a mão de obra (predominantemente jovem) estivesse sob risco. Não sendo assim, faz-se a defesa de que apenas idosos e outros supostos “grupos de risco” sejam isolados (o chamado “isolamento vertical”).

Nestes meses de pandemia, tem crescido a defesa desse ponto de vista. Não são poucos os que têm arriscado fazê-lo abertamente. Muitos políticos foram eleitos, nos últimos anos, com votações expressivas graças à retórica da eliminação de certos segmentos não ajustados ao sistema. O extermínio se converte em instrumento para corrigir distorções sociais, tratadas como defeitos a serem suprimidos. Resolve-se o problema pela supressão dos indivíduos que não se encaixam na estrutura social.

Recentemente, em um canal de televisão aberta, o apresentador de um programa chegou a defender a criação de “campos de concentração” para isolar idosos e pessoas ditas vulneráveis. Não se trata de um caso isolado. Ainda que menos radicais, diversos empresários, reconhecidos como empreendedores de sucesso, foram às redes sociais para declarar apoio a versões (mais ou menos veladas) de algum tipo de isolamento vertical e da retomada da atividade econômica.

A principal crítica que se faz ao isolamento vertical é sua ineficácia como forma de proteção aos mais vulneráveis. Em uma população empobrecida (como é o caso da brasileira), a maioria das pessoas compartilha o mesmo espaço com vários outros membros da sua família e da sua comunidade. Isso tornaria impossível manter um idoso ou o portador de alguma morbidade a salvo do contágio trazido pelos membros da família que estivessem expostos em seus locais de trabalho e em outros espaços públicos.

Em tal caso, quanto mais pobres, mais susceptíveis à contaminação e à morte estariam as pessoas. Há falta de saneamento básico, interrupções no abastecimento de água, indisponibilidade de outros insumos básicos como o sabão ou o álcool... Os dados sobre mortos e infectados pelo coronavírus não revelam a origem social das vítimas, mas já há sinais de que, no caso brasileiro, a maioria delas está potencialmente entre os mais pobres.

A impossibilidade de se ausentar do trabalho requer o deslocamento em meios públicos de transporte e implica aglomeração de pessoas. Inversamente, são essas pessoas que têm menos acesso a informações de qualidade e aos necessários serviços de prevenção e saúde. Este é um daqueles momentos em que o acesso à instrução se torna crítico, pois sem informação correta não há como se proteger adequadamente.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp deverá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves - RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves